



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

<b>EDITAL</b>
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026</b>
<b>SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>
<b>PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026</b>
<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/04/2026</b>
<b>HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09:00 horas</b>
<b>Plataforma: <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a> "Acesso Identificado"</b>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item</b>
<b>ORÇAMENTO SIGILOSO: <a href="#">Conforme Recomendação do Ministério Público do Estado do Paraná</a></b>
<b>MODO DE DISPUTA: ABERTO</b>
<b>LANCES: O lance deverá ser ofertado pelo <u>valor unitário do item</u>, com até <b>04 casas decimais</b>.</b>
<b>Data limite para esclarecimentos e impugnações: 15/04/2026</b>
<b>Pregoeira responsável: Aurea Munhoz</b>

### PREÂMBULO

Torna-se público, que o Município de Pontal do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.609.843/0001-52, sediado à Rodovia PR 407, KM 18,6 nº 215 – CEP 83255-000, por meio do Departamento de Compras e Licitação e por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, com atuação do(a) Pregoeiro(a) nomeado(a) pelo Decreto nº 12.894 de 05 de agosto de 2025, realizará licitação para Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Lei Municipal nº 2.293/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **Registro de preço para futura Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos padronizados, destinados à distribuição gratuita aos pacientes da rede municipal de saúde, de acordo com prescrição médica**, em consonância com a legislação vigente, as condições estão descritas no termo de referência.

1.1. A licitação será dividida em lotes/itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.2. **Do valor total máximo da licitação: R\$ 2.171.831,60 (dois milhões, centos e setenta e um mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).**

1.3. Os itens, especificações e valores de referência constam no termo de referência e modelo da proposta (anexo II).

#### 1.4. DO REGISTRO DE PREÇOS:

1.4.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, são as que constam na minuta da ata de registro de preços.



- 1.5. **Orçamento Sigiloso: o preço unitário de cada item estimado pela Administração será divulgado apenas após a fase de lances, conforme Recomendação do Ministério Público do Estado do Paraná**

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cadastrados no Sistema ComprasBR ([www.comprasbr.com.br/](http://www.comprasbr.com.br/)).
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Caberá à interessada acompanhar todas as operações realizadas via sistema eletrônico de licitações, durante as sessões públicas virtuais, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância e/ou desídia de quaisquer mensagens emitidas pelo próprio sistema, ou ainda, qualquer outro motivo que resulte a desconexão da licitante.

2.5.1. **As informações, esclarecimentos e/ou dúvidas, acerca do acesso provido ao sistema eletrônico de licitações, ou mesmo, de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório, deverão ser obrigatoriamente sanadas pelo SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO FORNECEDOR do Portal de Licitações Compras BR, no sítio eletrônico [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br), através do canal “Fale Conosco”, ou ainda, através dos telefones (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702, em dia de expediente, no horário compreendido entre das 08:00 às 18:00 horas (Oficial de Brasília-DF).**

### 2.6. Dos Benefícios à MEs, EPPs e equiparadas:

- 2.6.1. A participação é de ampla concorrência, haja vista, que a maioria das empresas fornecedoras de medicamentos não se enquadram como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- 2.6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte mencionadas no [artigo 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), **se houver a participação.**
- 2.6.2.1. [artigo 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#) - Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela [Lei Complementar nº 147/2014](#).

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

I - No caso de licitação para **aquisição de bens** ou **contratação de serviços em geral**, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

**2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.1.22.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de



- gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
  - 2.3. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
  - 2.4. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
  - 2.5. A vedação de que trata o item 2.1.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 3.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 3.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
  - 3.2.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
  - 3.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.
- 3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.10. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor ou desconto conforme termo de referência;
- 4.1.2. Marca e modelo, se houver;
- 4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. O proponente se vincula as especificações e condições do Termo de Referência.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.7.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo respectivo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato ou ata de registro de preços.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
  - 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**, com até **04 casas decimais**, conforme definido no Edital e Termo de Referência.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento adotado.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11. O modo de disputa adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11.11. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.15.1. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação para tanto.
- 5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.15.4. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.15.4.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.15.4.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.15.4.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.15.4.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.15.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.15.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
- 5.15.5.2. empresas brasileiras;
- 5.15.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.15.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.17. Após a negociação do preço, o pregoeiro verificará:
- 5.17.1. Os licitantes que aceitem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e



- 5.17.2. Os licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e
- 5.18. Após a verificação o pregoeiro classificará os licitantes em *cadastro de reserva*, observada a classificação da licitação. O cadastro de reserva consistirá em anexo à Ata de Registro de Preços
- 5.18.1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação solicitados no edital.
- 5.18.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada realizada\ no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item [2.7](#) do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.1.1.2. Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 25 a 31 da Instrução Normativa GTTNLL 03/2023.
- 6.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9.1. **Dentre as diligências disponíveis ao Pregoeiro, está um pedido de manifestação do licitante sobre a viabilidade da oferta propostas, oportunidade em que o licitante deverá se manifestar fundamentadamente, no prazo de 20 minutos.**
  - 6.9.2. **Inerte a empresa, durante o período estipulado, poderá ser considerada sua proposta inexequível e, conseqüentemente, desclassificada.**
  - 6.9.3. **Apresentada a manifestação, poderá o Pregoeiro determinar demais diligências que entender necessárias, para concluir sua análise sobre a (in)exequibilidade da proposta analisada.**
- 6.10. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**
- 6.11. Na hipótese de necessidade de suspensão para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de erros e/ou falhas não-substanciais da **PROPOSTA DE PREÇOS** ou dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, a sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico de licitações, com no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, devendo a ocorrência ser registrada na circunstanciada ata.
- 6.12. Toda e qualquer comunicação com o Agente de Contratação/Pregoeiro, se dará somente via **“chat”** do sistema eletrônico de licitações, no âmbito do Portal de Licitações **Compras BR**, vedada quaisquer tentativas, atitudes e/ou outros meios, que não sejam oficiais ou de costume, sob pena de não ser conhecido.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos previstos no item a seguir, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **7.1.1. PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**



- a) Cópia do RG e CPF do representante legal da Empresa;
- a) Tratando-se de procurador, apresentar procuração por Instrumento Público ou Particular;
- b) Contrato social, ou documento equivalente, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- d) CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- e) Declarações conjuntas, conforme anexo (anexo IV);
- f) **Somente para ME/EPP**, apresentar Certidão Simplificada da expedida pela Junta Comercial do Estado da licitante, com data de expedição não superior a 60 dias - Link <https://www.juntacomercial.pr.gov.br/Pagina/Certidoes>
- g) **Somente para ME/EPP**, apresentar Certidão Negativa de Participação Societária, expedida pela Junta Comercial do Estado da licitante, com data de expedição não superior a 60 dias. Link <https://www.juntacomercial.pr.gov.br/Pagina/Certidoes>

#### 7.1.2. PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Certidão de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, do domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- e) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme prevê a Lei Federal nº. 12.440, de 07/07/2011.

#### 7.1.3. PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias;
- b) **Balanco Patrimonial dos 2 últimos exercícios (2023 e 2024) ou (2024 e 2025, se for o caso)**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, **com abertura e fechamento dos livros e registros** referente ao balanço patrimonial (**devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante**).
  - b1) Para comprovação da letra "b", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar impressos o arquivo ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);
  - b2) Não serão aceitos balancetes não registrados.**
- c) No caso de empresa constituída no **exercício social vigente (2026)**, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, **com a apresentação do termo de abertura devidamente registrado**;
- d) Comprovação da situação financeira da empresa, será constatada mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), Endividamento (E), resultantes da aplicação das fórmulas:

FÓRMULAS	VALORES REFERENTES AOS ÍNDICES:
<b>LIQUIDEZ GERAL (LG) -</b> $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ <b>LIQUIDEZ CORRENTE (LC) -</b> $LC = AC / PC$ <b>SOLVÊNCIA GERAL (SG) =</b> $(AT) / (PC + PnC)$ <b>ENDIVIDAMENTO (E) =</b> $(PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$	LIQUIDEZ GERAL (LG): <b>igual ou maior que 01</b> LIQUIDEZ CORRENTE (LC): <b>igual ou maior que 01</b> SOLVÊNCIA GERAL (SG): <b>igual ou maior que 01</b> ENDIVIDAMENTO (E): <b>menor que 01</b>

**OBS: Os índices financeiros poderão ser apresentados somente em relação ao último exercício social (2024) ou (2025, se for o caso).**

- e) Caso os índices estejam em desacordo com o informado na tabela acima ou não sejam apresentados. O patrimônio líquido da licitante deverá ser de 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- f) Os índices apresentados no item anterior, poderão ser substituídos por Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo dos índices econômicos previstos.

**EMPRESAS EM CONSÓRCIO:**

- a) As empresas reunidas em CONSÓRCIO, deverão atender ao disposto no artigo nº 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Deverão ainda, para efeitos de habilitação, atender ao disposto nos artigos nº 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.
- c) **As empresas em consórcio, se houver,** que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), (E) Índice de Endividamento maior que 1, deverão comprovar patrimônio líquido de 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação.
  - c1) O disposto na alínea anterior não se aplica aos consórcios compostos em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno, conforme disposto §2º do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

**7.1.4. PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 7.1.4.1. Apresentar **atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de medicamentos, objeto da licitação.
- 7.1.4.2. Autorização de funcionamento comum e especial expedida pela ANVISA (via internet);
- 7.1.4.3. Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho Regional de Farmácia;
- 7.1.4.4. Licença Sanitária expedida pelo Cidade sede da licitante;
- 7.1.4.5. O licitante vencedor deverá encaminhar em conjunto com a proposta ajustada, o registro do medicamento na Anvisa ou conter o número do registro do medicamento na especificação do item informado na proposta final.
- 7.1.4.6. Se o medicamento constar da relação da Portaria nº 344 ou alterações, a empresa deverá apresentar autorização especial de funcionamento, emitida pela ANVISA.



- 7.1.4. **DA FORMA E PRAZO DE APRESENTAÇÃO:** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas, contado da solicitação da pregoeira.**
- 7.1.4.1. É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada realizada no chat pelo licitante, antes de findo o prazo inicial.
- 7.1.4.2. **Caso a licitante desista após a solicitação dos documentos de habilitação, DEVERÁ solicitar desclassificação via chat antes de encerrado o prazo máximo, para não atrasar a sessão. Se não o fizer e não justificar poderá sofrer penalização conforme itens:**
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:**
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.**
- 7.1.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.1.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.2. Os documentos **deverão** ser apresentados com **assinatura digital** ou **certificação disponibilizado pela ICP-Brasil**, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, dessa forma, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



- 7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 7.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
  - a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 8.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
  - 9.1.4. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 9.1.5. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original em até 10% acima do valor da melhor proposta (1ª colocada).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 9.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 9.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 9.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 9.2. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 9.2.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 9.2.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 9.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 9.3.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 9.3.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no **prazo de 10 minutos**, sob pena de preclusão. A intenção deve ser manifestada em campo próprio do sistema;
- 10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e **excepcionalmente**, (falta de conexão ou instabilidade no portal comprasbr), poderá ser enviado por e-mail [licitacao@pontaldoparana.pr.gov.br](mailto:licitacao@pontaldoparana.pr.gov.br).
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do portal de transparências da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
    - 11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 11.1.5. Fraudar a licitação
  - 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1. advertência;
  - 11.2.2. multa;
  - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias



úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados através da Plataforma Eletrônica <https://comprasbr.com.br>.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal de Transparências do Município de Pontal do Paraná.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar e termo de referência
- Anexo II – Modelo de apresentação da proposta ajustada
- Anexo III – Declarações unificadas
- Anexo IV – Minuta Ata SRP

Pontal do Paraná, 07 de abril de 2026.

**PREGOEIRA RESPONSÁVEL**  
**AUREA MUNHOZ**  
**DECRETO Nº 12.894/2025**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026**

**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**E**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SERÃO PUBLICADOS EM DOCUMENTO ANEXO AO EDITAL E FAZEM PARTE INTEGRANTE DO EDITAL INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026

ANEXO II  
(Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta Ajustada)

EMPRESA:..... CNPJ:.....  
TELEFONE:..... E-MAIL:.....  
ENDEREÇO:..... DADOS DO ASSINANTE DO CONTRATO:.....  
BANCO:..... AGÊNCIA:..... CONTA CORRENTE Nº:.....

**OBJETO:** Registro de preço para futura Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos padronizados, destinados à distribuição gratuita aos pacientes da rede municipal de saúde, de acordo com prescrição médica.

O signatário da presente, em nome da empresa propõe o preço total final para a execução do objeto da presente Licitação, tendo como base de preço a data da referência orçamentária editalícia, sendo: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme itens abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUAN	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BR0293892	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	FRASCO	4000			
02	BR0293891	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	FRASCO	3000			
03	BR0274918-2	ACETATO DE RETINOL 10000UI/G + AMINOÁCIDOS 25MG/G + METIONINA 5MG/G + CLORANFENICOL 5MG/G POMADA OFTÁLMICA TUBO 3,5G	TUBO	40			
04	BR0271687	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	8000			
05	BR0348002-1	ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS FRASCO 100ML	FRASCO	600			
06	BR0327566	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	2000			
07	BR269073	ÁCIDO TRICLOROACÉTICO 80% SOLUÇÃO TÓPICA FRASCO 10ML	FRASCO	06			
08	BR0278281	ADENOSINA 3MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL EV AMPOLA 2ML	AMPOLA	200			
09	BR267508	ALOPURINOL 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	9000			
10	BR0292402	AMINOFILINA 24MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	800			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

11	BR0271710	AMIODARONA, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3ML	AMPOLA	1000			
12	BR271100	AMOXICILINA 1G + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 200MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	AMPOLA	10000			
13	BR268396	ATRACÚRIO, BESILATO 10MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	1000			
14	BR0268214	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	500			
15	BR0271746	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000			
16	BR0272027	BAMIFILINA 600MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000			
17	BR0270590	BETAMETASONA, DIPROPIONATO 5MG + BETAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 2MG / ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	8000			
18	BR0268222	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	400			
19	BR0270138	BIPERIDENO, LACTATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	25			
20	BR0269954-2	BROMOPRIDA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	50000			
21	BR0269956	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML		1920			
22	BR0269958-1	BROMOPRIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	20000			
23	BR0267283	BUTILESCOPOLAMINA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000			
24	BR0267281-1	BUTILESCOPOLAMINA 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML	FRASCO	1500			
25	BR0267282	BUTILESCOPOLAMINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	3000			
26	BR0270621	BUTILESCOPOLAMINA 4MG + DIPIRONA 500MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	15000			
27	BR0434505	CARVÃO VEGETAL ATIVADO 250MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	500			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

28	BR0268228	CEFALOTINA SÓDICA 1G PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPOLA	300			
29	BR442693	CEFALOTINA 1G PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	FRASCO/AMPOLA	300			
30	BR0270114-1	CETAMINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	300			
31	BR0267151	CETOCONAZOL 200MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	8000			
32	BR0308736-2	CETOCONAZOL 20MG/G CREME DERMATOLÓGICO TUBO 30G	TUBO	2000			
33	BR0340101	CETOPROFENO 100MG PÓ LIÓFILO PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL EV FRASCO-AMPOLA	FRASCO/AMPOLA	12000			
34	BR0340100	CETOPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM AMPOLA 2ML	AMPOLA	15000			
35	BR0272166	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO COMPRIMIDO 5MG	COMPRIMIDO	140000			
36	BR0276377	CILOSTAZOL 50MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	80000			
37	BR0267629	CINARIZINA 75MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000			
38	BR292418	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 2MG/ML SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA BOLSA SISTEMA FECHADO 100ML	BOLSA/FRASCO	5000			
39	BR0271110	CIPROTERONA, ACETATO 2MG + ETINILESTRADIOL 0,035MG DRÁGEAS OU COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	18900			
40	BR0340206	CLONIDINA, CLORIDRATO 150MCG/ML IM/IV SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	1000			
41	BR0272045	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3000			
42	BR0267162	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	200			
43	BR0368654	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	12000			
44	BR0268236-5	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 1000ML	BOLSA/FRASCO	6000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

45	BR0268236-1	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 100ML	BOLSA/FRASCO O	45000			
46	BR0268236-3	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	BOLSA/FRASCO O	35000			
47	BR0268236-4	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML	BOLSA/FRASCO O	25000			
48	BR0267574	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	400			
49	BR0268069	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	300			
50	BR0270495-1	COLAGENASE 0,6UI/G COM CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 30G	TUBO	2000			
51	BR437109	COMPLEXO B COMPRIMIDO OU DRÁGEA, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO VITAMINAS B1, B2,B3,B5, B6 E B12	COMPRIMIDO	90000			
52	BR272091	COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV AMPOLA 2ML, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO VITAMINAS B1, B2, B6, B12 E PP	AMPOLA	30000			
53	BR0272092	COMPLEXO B SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO VITAMINAS B1, B2, B6, B12 E PP	FRASCO	1000			
54	BR0273148	DEFLAZACORTE 6MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000			
55	BR0276283	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	300			
56	BR0300733	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	5000			
57	BR352204	DEXMEDETAMIDINA, CLORIDRATO 100MCG/ML INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 2 ML	FRASCO	100			
58	BR0271003	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3ML	AMPOLA	10000			
59	BR0272336	DIMENIDRINATO 3MG + PIRIDOXINA, CLORIDRATO	AMPOLA	1500			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

		5MG + GLICOSE 100MG + FRUTOSE 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL EV AMPOLA 10ML					
60	BR0268446	DOBUTAMINA 250MG/20ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 20ML	AMPOLA	100			
61	BR0268960	DOPAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	150			
62	BR0302443	DULOXETINA 60MG CAPSULA	CÁPSULA	90000			
63	BR0267650	ENALAPRIL 5MG, MALEATO COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	70000			
64	BR0272645	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML SERINGA PRÉ ENCHIDA 0,4ML	UNIDADE	500			
65	BR0268255	EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM / IV / SC AMPOLA 1ML	AMPOLA	1200			
66	BR0272198	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	200			
67	BR270116	ETOMIDATO 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	1000			
68	BR0267107	FENITOINA SÓDICA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	600			
69	BR0300725	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	200			
70	BR396471	FENOTEROL, BROMIDRATO SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 5MG/ML	FRASCO	100			
71	BR0271950-3	FENTANILA, CITRATO 50MCG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	1000			
72	BR0292399-1	FITOMENADIONA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	250			
73	BR0268510	FLUMAZENIL 0,1MG/ML INJETÁVEL USO EV AMPOLA 5ML	AMPOLA	150			
74	BR267328	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G / ML SOLUÇÃO RETAL FRASCO COM 133ML	FRASCO	1000			
75	BR449187	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631G (EQUIVALENTE A 3G DE FOSFOMICINA) PÓ PARA SUSPENSÃO ENVELOPE	Unidade	1000			
76	BR0270019	GLICONATO DE CÁLCIO 100MG/ML SOLUÇÃO	AMPOLA	200			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

		INJETÁVEL IM/IV AMPOLA 10ML					
77	BR0270092-1	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	BOLSA/FRASC O	2500			
78	BR0270092-2	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML	BOLSA/FRASC O	3000			
79	BR0267540	GLICOSE HIPERTÔNICA 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	1600			
80	BR0267541	GLICOSE HIPERTÔNICA 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	2000			
81	BR0268115	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	800			
82	BR0270220	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG PÓ LIÓFILO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPO LA	3000			
83	BR0342134	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500MG PÓ LIÓFILO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPO LA	7000			
84	BR393846	HIDROXIETILAMIDO 6% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500ML	BOLSA/FRASC O	50			
85	BR0273404	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	200			
86	BR0274482	ISOXSUPRINA, CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	500			
87	BR0323004	ISOXSUPRINA, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	100			
88	BR0268130-1	LEVOMEPRMAZINA, CLORIDRATO 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML	FRASCO	500			
89	BR0268129	LEVOMEPRMAZINA, MALEATO 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000			
90	BR0268128	LEVOMEPRMAZINA, MALEATO 25MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000			
91	BR0269845-1	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 10% SOLUÇÃO TÓPICA SPRAY FRASCO 50ML	FRASCO	60			
92	BR0269843-2	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 20MG/ML SEM	FRASCO	2000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

		VASOCONSTRICTOR SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO 20ML					
93	BR0299675	MANITOL 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	FRASCO	300			
94	BR0268262	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	100			
95	BR272320	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	90000			
96	BR345259	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	1200			
97	BR268498	METRONIDAZOL 500MG/100ML INJETÁVEL BOLSA SISTEMA FECHADO 100ML	BOLSA	5000			
98	BR0268481-2	MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV AMPOLA 10ML	AMPOLA	500			
99	BR0304871	MORFINA, SULFATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	1200			
100	BR0272326	NALOXONA 0,4MG/ML, CLORIDRATO INJETÁVEL USO EV/IM/SC AMPOLA 1ML	AMPOLA	100			
101	BR0273167-2	NEOMICINA, SULFATO 5MG/G + BACITRACINA ZÍNCICA 250UI/G POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 15G	TUBO	5000			
102	BR267728	NIFEDIPINA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	300			
103	BR0273719	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50MG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	100			
104	BR0305718	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4ML	AMPOLA	1000			
105	BR0268277	OCITOCINA 5UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	100			
106	BR0268160	OMEPRAZOL SÓDICO 40MG PÓ LIÓFILO FRASCO AMPOLA + DILUENTE 10ML INJETÁVEL	FRASCO AMPOLA + DILUENTE	6000			
107	BR0279493-2	ÓXIDO DE ZINCO 150mg + PALMITATO DE RETINOL 5000UI + COLECALCIFEROL 900UI/G POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 45G	TUBO	1500			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

108	BR271724	PIPERACILINA SÓDICA (EQUIVALENTE A 4G DE PIPERACILINA BASE) + TAZOBACTAM SÓDICO (EQUIVALENTE A 500MG DE TAZOBACTAM BASE) PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPOLA	500			
109	BR0273639-1	POLIVITAMINAS COM SAIS MINERAIS COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	90000			
110	BR0273953	PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA 200MG CÁPSULA	CÁPSULA	2000			
111	BR0273135	PROPATILNITRATO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	25000			
112	BR273589	PROPILTIOURACIL 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2100			
113	BR0272568	RETINOL, PALMITATO + COLECALCIFEROL 50000UI + 10000UI /ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	FRASCO	1200			
114	BR0303292-1	RINGER LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	FRASCO	800			
115	BR0303292-2	RINGER LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML	FRASCO	800			
116	BR0292331-2	SALBUTAMOL, SULFATO 0,4MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	FRASCO	1000			
117	BR0412965	SIMETICONA 75MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15ML	FRASCO	3000			
118	BR0268075	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 4mEqMg/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	400			
119	BR0269818	TERBUTALINA, SULFATO 0,5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	1200			
120	BR0292382	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	12000			
121	BR0296120	CLORIDRATO DE OXIBUPROCAINA 4MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10ML	FRASCO	20			

A proposta deverá ser apresentada conforme modelo, informando o valor final proposto para cada item, respeitando o valor máximo de referência, **informar a marca do item ofertado.**

Concorda com os prazos para entrega/execução dos serviços, de acordo com o edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

Está ciente de que o prazo de validade da proposta de preços é de 60 dias a contar da data determinada para a abertura da Licitação.

Indicar a marca dos itens, se houver.

Declara que todos os custos diretos e indiretos estão incluídos no preço acima proposto, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Quando solicitado, compromete-se a apresentar documentação comprobatória quanto à exequibilidade da proposta.

Declara que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante legal, não cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026

### ANEXO III

#### DECLARAÇÕES UNIFICADAS

A empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede (ENDEREÇO COMPLETO), aqui representada por (NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) do CPF nº xxxxxx, para fins de participação no procedimento licitatório, referente ao Pregão em epígrafe, e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, e:

1. Declara que está ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que **cumpro plenamente os requisitos de habilitação** definidos no edital;
2. Declara sob as penas da lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3. Declara para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos**, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.;
4. Declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando **trabalho degradante ou forçado**, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
5. Declara sob as penas da Lei, que cumpre a **cota de aprendizagem** nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT;
6. Declara que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de **acessibilidade** previstas na legislação;
7. Declara para os devidos efeitos e sob penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista e que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
8. Que assume inteira **RESPONSABILIDADE** pela autenticidade de todos os documentos apresentados, compromete-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; tem conhecimento e se submete ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e Anexos deste pregão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

9. **Declaração de sustentabilidade ambiental:** Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, supracitado, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente e que exercemos atividades potencialmente poluidoras. Estou ciente da obrigatoriedade do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais **caso minha empresa exerça** uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

**Essa declaração deverá ser inserida no sistema em conjunto com a proposta final da empresa vencedora e demais documentos de habilitação, conforme edital.**



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026

ANEXO IV

Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., através do seu representante legal, declara, para fins da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Declara ainda que:

- I. **NÃO** possui, no ano calendário da realização da licitação, contratos com administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme **Artigo 4, § 2º da Lei 14.133/2021**.
- II. **NÃO** participa do capital de outra pessoa jurídica;
- III. **NÃO** é constituída sob a forma de sociedade por ações;
- IV. **NÃO** possui sócio ou titular administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos.

Está ciente de que a falsidade desta declaração sujeitará a empresa às penalidades legais, incluindo a exclusão do certame licitatório.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

**OBSERVAÇÃO:** Para a obtenção dos benefícios referentes à legislação acima citada, as empresas deverão apresentar com a proposta documentos que comprovem que as mesmas se encontram enquadradas no porte de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no qual deverá apresentar **DECLARAÇÃO** que enquadra na citada lei, conforme esse modelo, bem como **Certidão Simplificada e Certidão Negativa de Participação Societária**, expedida pela respectiva junta comercial com data de expedição não superior a 60 dias.  
**Link:** <https://www.juntacomercial.pr.gov.br/Pagina/Certidoes>



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º /2026**

O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, inscrito nº CNPJ nº 01.609.843/0001-52 e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 09.515.395/0001-30, pessoa jurídica de direito público, situada à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Rudisney Gimenes Filho, Portador da Cédula de Identidade Civil nº 776.674.3-1 e CPF nº 055.717.339-69, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026, processo administrativo n.º 157/2026, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir definidas.

Empresa vencedora: **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida à Rua xxxxxx nº xxxxxx, Bairro xxxxxxxx, Cidade xxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxx, telefones: xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx.

**1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

1.1. A presente Ata tem por objeto, **Registro de preço para futura Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos padronizados, destinados à distribuição gratuita aos pacientes da rede municipal de saúde, de acordo com prescrição médica**, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O valor total registrado é de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxx), conforme itens, especificações, quantitativos máximos e preços dispostos abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUAN	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BR0293892	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	FRASCO	4000			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

02	BR0293891	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	FRASCO	3000			
03	BR0274918-2	ACETATO DE RETINOL 10000UI/G + AMINOÁCIDOS 25MG/G + METIONINA 5MG/G + CLORANFENICOL 5MG/G POMADA OFTÁLMICA TUBO 3,5G	TUBO	40			
04	BR0271687	ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	8000			
05	BR0348002-1	ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS FRASCO 100ML	FRASCO	600			
06	BR0327566	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	2000			
07	BR269073	ÁCIDO TRICLOROACÉTICO 80% SOLUÇÃO TÓPICA FRASCO 10ML	FRASCO	06			
08	BR0278281	ADENOSINA 3MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL EV AMPOLA 2ML	AMPOLA	200			
09	BR267508	ALOPURINOL 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	9000			
10	BR0292402	AMINOFILINA 24MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	800			
11	BR0271710	AMIODARONA, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3ML	AMPOLA	1000			
12	BR271100	AMOXICILINA 1G + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 200MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	AMPOLA	10000			
13	BR268396	ATACÚRIO, BESILATO 10MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	1000			
14	BR0268214	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	500			
15	BR0271746	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000			
16	BR0272027	BAMIFILINA 600MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000			
17	BR0270590	BETAMETASONA, DIPROPIONATO 5MG + BETAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 2MG / ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	8000			
18	BR0268222	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	400			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

		AMPOLA 10ML					
19	BR0270138	BIPERIDENO, LACTATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	25			
20	BR0269954-2	BROMOPRIDA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	50000			
21	BR0269956	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML		1920			
22	BR0269958-1	BROMOPRIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	20000			
23	BR0267283	BUTILESCOPOLAMINA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000			
24	BR0267281-1	BUTILESCOPOLAMINA 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML	FRASCO	1500			
25	BR0267282	BUTILESCOPOLAMINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	3000			
26	BR0270621	BUTILESCOPOLAMINA 4MG + DIPIRONA 500MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	15000			
27	BR0434505	CARVÃO VEGETAL ATIVADO 250MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	500			
28	BR0268228	CEFALOTINA SÓDICA 1G PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPO LA	300			
29	BR442693	CEFAZOLINA 1G PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	FRASCO/AMPO LA	300			
30	BR0270114-1	CETAMINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	300			
31	BR0267151	CETOCONAZOL 200MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	8000			
32	BR0308736-2	CETOCONAZOL 20MG/G CREME DERMATOLÓGICO TUBO 30G	TUBO	2000			
33	BR0340101	CETOPROFENO 100MG PÓ LIÓFILO PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL EV FRASCO- AMPOLA	FRASCO/AMPO LA	12000			
34	BR0340100	CETOPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM AMPOLA 2ML	AMPOLA	15000			
35	BR0272166	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	140000			
36	BR0276377	CILOSTAZOL 50MG	COMPRIMIDO	80000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

		COMPRIMIDO					
37	BR0267629	CINARIZINA 75MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000			
38	BR292418	CIPROFLOXACINO, 2MG/ML CLORIDRATO SOLUÇÃO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA BOLSA SISTEMA FECHADO 100ML	BOLSA/FRASCO	5000			
39	BR0271110	CIPROTERONA, ACETATO 2MG + ETINILESTRADIOL 0,035MG DRÁGEAS OU COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	18900			
40	BR0340206	CLONIDINA, CLORIDRATO 150MCG/ML IM/IV SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	1000			
41	BR0272045	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3000			
42	BR0267162	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	200			
43	BR0368654	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	12000			
44	BR0268236-5	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 1000ML	BOLSA/FRASCO	6000			
45	BR0268236-1	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 100ML	BOLSA/FRASCO	45000			
46	BR0268236-3	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	BOLSA/FRASCO	35000			
47	BR0268236-4	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML	BOLSA/FRASCO	25000			
48	BR0267574	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	400			
49	BR0268069	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	300			
50	BR0270495-1	COLAGENASE 0,6UI/G COM CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 30G	TUBO	2000			
51	BR437109	COMPLEXO B COMPRIMIDO OU DRÁGEA, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO VITAMINAS B1, B2,B3,B5, B6 E B12	COMPRIMIDO	90000			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

52	BR272091	COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV AMPOLA 2ML, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO VITAMINAS B1, B2, B6, B12 E PP	AMPOLA	30000			
53	BR0272092	COMPLEXO B SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML, CONTENDO NA COMPOSIÇÃO VITAMINAS B1, B2, B6, B12 E PP	FRASCO	1000			
54	BR0273148	DEFLAZACORTE 6MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000			
55	BR0276283	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	300			
56	BR0300733	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	5000			
57	BR352204	DEXMEDETAMIDINA, CLORIDRATO 100MCG/ML INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 2 ML	FRASCO	100			
58	BR0271003	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3ML	AMPOLA	10000			
59	BR0272336	DIMENIDRINATO 3MG + PIRIDOXINA, CLORIDRATO 5MG + GLICOSE 100MG + FRUTOSE 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL EV AMPOLA 10ML	AMPOLA	1500			
60	BR0268446	DOBUTAMINA 250MG/20ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 20ML	AMPOLA	100			
61	BR0268960	DOPAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	150			
62	BR0302443	DULOXETINA 60MG CAPSULA	CÁPSULA	90000			
63	BR0267650	ENALAPRIL 5MG, MALEATO COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	70000			
64	BR0272645	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML SERINGA PRÉ ENCHIDA 0,4ML	UNIDADE	500			
65	BR0268255	EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM / IV / SC AMPOLA 1ML	AMPOLA	1200			
66	BR0272198	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	200			
67	BR270116	ETOMIDATO 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	1000			
68	BR0267107	FENITOINA SÓDICA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	600			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

		AMPOLA 5ML					
69	BR0300725	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	200			
70	BR396471	FENOTEROL, BROMIDRATO SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 5MG/ML	FRASCO	100			
71	BR0271950-3	FENTANILA, CITRATO 50MCG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	1000			
72	BR0292399-1	FITOMENADIONA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	250			
73	BR0268510	FLUMAZENIL 0,1MG/ML INJETÁVEL USO EV AMPOLA 5ML	AMPOLA	150			
74	BR267328	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G / ML SOLUÇÃO RETAL FRASCO COM 133ML	FRASCO	1000			
75	BR449187	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631G (EQUIVALENTE A 3G DE FOSFOMICINA) PÓ PARA SUSPENSÃO ENVELOPE	Unidade	1000			
76	BR0270019	GLICONATO DE CÁLCIO 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV AMPOLA 10ML	AMPOLA	200			
77	BR0270092-1	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	BOLSA/FRASCO	2500			
78	BR0270092-2	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML	BOLSA/FRASCO	3000			
79	BR0267540	GLICOSE HIPERTÔNICA 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	1600			
80	BR0267541	GLICOSE HIPERTÔNICA 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	2000			
81	BR0268115	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	800			
82	BR0270220	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG PÓ LIÓFILO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPOLA	3000			
83	BR0342134	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500MG PÓ LIÓFILO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPOLA	7000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
Departamento de Compras e Licitações

84	BR393846	HIDROXIETILAMIDO 6% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO 500ML	BOLSA/FRASCO	50			
85	BR0273404	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	200			
86	BR0274482	ISOXSUPRINA, CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	500			
87	BR0323004	ISOXSUPRINA, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	100			
88	BR0268130-1	LEVOMEPROMAZINA, CLORIDRATO 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML	FRASCO	500			
89	BR0268129	LEVOMEPROMAZINA, MALEATO 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000			
90	BR0268128	LEVOMEPROMAZINA, MALEATO 25MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000			
91	BR0269845-1	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 10% SOLUÇÃO TÓPICA SPRAY FRASCO 50ML	FRASCO	60			
92	BR0269843-2	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 20MG/ML SEM VASOCONSTRITOR SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO 20ML	FRASCO	2000			
93	BR0299675	MANITOL 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	FRASCO	300			
94	BR0268262	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	100			
95	BR272320	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	90000			
96	BR345259	METOPROLOL, TARTARATO 1MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5ML	AMPOLA	1200			
97	BR268498	METRONIDAZOL 500MG/100ML INJETÁVEL BOLSA SISTEMA FECHADO 100ML	BOLSA	5000			
98	BR0268481-2	MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM/IV AMPOLA 10ML	AMPOLA	500			
99	BR0304871	MORFINA, SULFATO 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	1200			
100	BR0272326	NALOXONA 0,4MG/ML,	AMPOLA	100			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

		CLORIDRATO INJETÁVEL USO EV/IM/SC AMPOLA 1ML					
101	BR0273167-2	NEOMICINA, SULFATO 5MG/G + BACITRACINA ZÍNCICA 250UI/G POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 15G	TUBO	5000			
102	BR267728	NIFEDIPINA 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	300			
103	BR0273719	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50MG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	100			
104	BR0305718	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4ML	AMPOLA	1000			
105	BR0268277	OCITOCINA 5UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	100			
106	BR0268160	OMEPRAZOL SÓDICO 40MG PÓ LIÓFILO FRASCO AMPOLA + DILUENTE 10ML INJETÁVEL	FRASCO AMPOLA + DILUENTE	6000			
107	BR0279493-2	ÓXIDO DE ZINCO 150mg + PALMITATO DE RETINOL 5000UI + COLECALCIFEROL 900UI/G POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 45G	TUBO	1500			
108	BR271724	PIPERACILINA SÓDICA (EQUIVALENTE A 4G DE PIPERACILINA BASE) + TAZOBACTAM SÓDICO (EQUIVALENTE A 500MG DE TAZOBACTAM BASE) PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	FRASCO/AMPO LA	500			
109	BR0273639-1	POLIVITAMINAS COM SAIS MINERAIS COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	90000			
110	BR0273953	PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA 200MG CÁPSULA	CÁPSULA	2000			
111	BR0273135	PROPATILNITRATO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	25000			
112	BR273589	PROPILTIOURACIL 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2100			
113	BR0272568	RETINOL, PALMITATO + COLECALCIFEROL 50000UI + 10000UI /ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	FRASCO	1200			
114	BR0303292-1	RINGER LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 250ML	FRASCO	800			
115	BR0303292-2	RINGER LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 500ML	FRASCO	800			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

116	BR0292331-2	SALBUTAMOL, SULFATO 0,4MG/ML XAROPE FRASCO 120ML	FRASCO	1000			
117	BR0412965	SIMETICONA 75MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15ML	FRASCO	3000			
118	BR0268075	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 4mEqMg/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	AMPOLA	400			
119	BR0269818	TERBUTALINA, SULFATO 0,5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	AMPOLA	1200			
120	BR0292382	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA	12000			
121	BR0296120	CLORIDRATO DE OXIBUPROCAINA 4MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10ML	FRASCO	20			

## 2. DAS CONDIÇÕES, PRAZOS DE FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO

- 2.1. O prazo de entrega dos itens é de 15 dias, contados do recebimento da ordem de compra e empenho.
- 2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 2.3. Os medicamentos deverão ser entregues no seguinte endereço, **Rodovia Engenheiro Darci Gomes de Moraes, 2552 – Santa Terezinha – Pontal do Paraná – PR**. Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 2.4. Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 2.5. Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 2.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 2.8. Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, que poderá ser acompanhada da relação de Itens.
- 2.9. Apenas serão recebidos medicamentos em perfeito estado e que estejam de acordo com cada solicitação, devendo ser observada a quantidade e especificações de cada item.



2.9.1. A CONTRATANTE recusará os produtos nas seguintes hipóteses QUANDO:

- I. Houver qualquer situação em desacordo entre os produtos fornecidos e o Edital do Pregão e de seus Anexos;
- II. A Nota Fiscal/Fatura estiver com a especificação do objeto e quantidades em desacordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta;
- III. Os produtos apresentarem vícios de qualidade, funcionamento ou serem impróprios para o uso, ou ainda possuírem defeitos de fabricação;
- IV. Quando as notas fiscais não trouxerem os lotes específicos.

2.10. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- 2.10.1. A CONTRATADA será obrigada a atender aos pedidos efetuados pela CONTRATANTE durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 2.10.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado através da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento.
- 2.10.3. Os medicamentos deverão ser entregues acompanhados das respectivas notas fiscais.
- 2.10.4. A Nota Fiscal da empresa deverá conter o princípio ativo / nome comercial, o fabricante, lote e validade.
- 2.10.5. Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação.
- 2.10.6. Se o medicamento constar da relação da Portaria n° 344 ou alterações, a empresa deverá apresentar autorização especial de funcionamento, emitida pela ANVISA.
- 2.10.7. O medicamento deverá ser entregue com no mínimo 80% de sua validade, na embalagem original em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência do produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rotulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA.
- 2.10.8. Os medicamentos deverão ter em seus rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, o número de lote, a data de fabricação e validade, o nome do responsável técnico, número de registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.
- 2.10.9. As embalagens deverão conter o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia.
- 2.10.10. Os medicamentos deverão estar especificados por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal.
- 2.10.11. Os fornecedores (distribuidores ou empresas), quando requerido, deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da REBLAS. O laudo de análise deve contemplar:
  - I. **Identificação do laboratório;**
  - II. Especificações (valores aceitáveis) e respectivos resultados das análises dos produtos;
  - III. Identificação do responsável com o respectivo número de inscrição no seu conselho profissional correspondente;
  - IV. Lote e data de fabricação;
  - V. Assinatura do responsável;
  - VI. Resultado.



- 2.10.12. O laudo de análise deve ser apresentado para cada lote a ser fornecido. As especificações devem estar baseadas em referências farmacopeias oficialmente reconhecidas.
- 2.10.13. Entregar os produtos obedecendo rigorosamente às condições do Edital, de seus anexos;
- 2.10.14. Entregar os produtos obedecendo rigorosamente às condições do Contrato.
- 2.10.15. Entregar os produtos com a expressão na embalagem de cada medicamento: Venda proibida ao Comércio;
- 2.10.16. Cumprir com a legislação aplicável.
- 2.10.17. As entregas dos medicamentos serão conforme solicitação dos responsáveis de segunda a sexta-feira, das 08 horas as 17 horas.

### **3. DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 3.1. O pagamento será efetuado através de crédito bancário da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após a conferência da entrega e serão contados a partir da apresentação da Nota Fiscal Eletrônica na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto relacionado no empenho, bem como tenha sido emitido o termo de recebimento definitivo, pelo ÓRGÃO SOLICITANTE.
- 3.2. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica deverá informar a modalidade e número da licitação, empenho e dados bancários, Conta Corrente, Agência e Banco. A informação dos dados bancários é de inteira responsabilidade da contratada, a contratante não se responsabiliza por dados informados erroneamente. Essa informação deverá constar em todas as notas fiscais emitidas.
- 3.3. A informação dos dados bancários é de inteira responsabilidade da contratada, a contratante não se responsabiliza por dados informados erroneamente. Essa informação deverá constar em todas as notas fiscais emitidas. Caso a informação não conste na nota fiscal, o gestor do contrato do contrato devolverá a nota para correção e o pagamento ficará pendente até a regularização.
- 3.4. O pedido de pagamento via Protocolo poderá ser feito no Link: <https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=pontaldoparana>
- 3.5. Após entrar no link, clicar em **Protocolos**
- 3.6. As empresas que não tiverem cadastro no site da prefeitura, poderão efetuar através deste mesmo link.
- 3.7. Selecionar o assunto **Pagamento / fornecedores**
- 3.8. Pagamento vinculado à: **Secretaria Municipal solicitante.**
- 3.9. Por ocasião dos pagamentos deverão ser apresentados:
  - 3.9.1. A Nota fiscal eletrônica devidamente atestada pelo fiscal designado;
  - 3.9.2. Cópia do comprovante de recolhimento de INSS da Nota fiscal eletrônica, se houver;
  - 3.9.3. Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples;
  - 3.9.4. Certidão Negativa de Débitos Federais;
  - 3.9.5. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
  - 3.9.6. Certidão Negativa de Débitos Municipais;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
**Palácio Prefeito Rudisney Gimenes**  
**Departamento de Compras e Licitações**

---

- 3.9.7. Certidão de Regularidade do FGTS;
- 3.9.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 3.9.9. Relatório fotográfico dos itens entregues;
- 3.9.10. Cópia do Empenho emitido pela Secretaria Municipal de Finanças.

- 3.10. O pagamento será efetuado mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas. Caso a contratada entregue certidão que venha a expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.
- 3.11. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida e o pagamento ficará pendente até que seja sanada a pendência, abrindo-se novo prazo para o pagamento a contar da regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, sem acarretar qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 3.12. A contratante ao realizar o pagamento à contratada, deverá efetuar as retenções conforme o disposto no DECRETO MUNICIPAL Nº 10.803, DE 23 DE JANEIRO DE 2023, que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

#### **4. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal n.º 4320/1964)**

- 4.1. A execução do objeto previsto neste instrumento somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
  - 4.1.1. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
  - 4.1.2. Ficam sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho, bem como a entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
  - 4.1.3. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
  - 4.1.4. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que, neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
  - 4.1.5. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
  - 4.1.6. A Contratada deverá, obrigatoriamente, incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

#### **4.2 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

- 4.2.1. As despesas decorrentes da presente das aquisições correrão à conta de recurso específico, nas dotações abaixo discriminadas:

➤ **Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



- ✓ Reduzido 625
- ✓ Dotação: 12.001.10.303.0056.2.139.3.3.90.30.00.00
- ✓ Natureza Despesa: 3.3.90.30.0000 - Material de Consumo
- ✓ Fonte de Recurso: 303 - SAUDE/PERCENTUAL VINC SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS
  
- ✓ Reduzido 625
- ✓ Dotação: 12.001.10.303.0056.2.139.3.3.90.32.00.00
- ✓ Natureza Despesa: 3.3.90.32.0000 - Material ou Bem para Distribuição Gratuita
- ✓ Fonte de Recurso: 303 - SAUDE/PERCENTUAL VINC SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS

4.2.2. Desdobramento do objeto:

- 09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO
- 02.00 - MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR

4.2.3. Centro de custos: 145

## 5. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso Secretaria Municipal de Saúde.

## 6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação em epígrafe, conforme quantitativos estimados nos estudos técnicos preliminares.

### 6.2. Vedação a acréscimo de quantitativos

6.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 7.1. Caberá ao FORNECEDOR:

- 7.1.1. Assinar a Ata no prazo máximo de até 05 dias úteis, contados da convocação via e-mail;
- 7.1.2. Efetuar a entrega/execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



- 7.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.6. Manter informado o fiscal da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias;
- 7.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata de registro de preços.

**7.2. CABERÁ AO ÓRGÃO GESTOR E/OU PARTICIPANTE:**

- 7.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.2.3. Comunicar o fornecedor por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pactuadas, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.2.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor o valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, de acordo com a entrega do produto solicitado após apresentação da nota devidamente visada e atestada pela secretaria solicitante e fiscal do presente instrumento.
- 7.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do mesmo, de seus empregados, prepostos ou subordinados

**8. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 8.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor.
- 8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, desde que comprovada a vantajosidade através de ampla pesquisa de preços.
- 8.3. **No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, até o limite do quantitativo original.**
  - 8.3.1. **O saldo residual existente deverá ser considerado, não podendo ultrapassar o limite inicialmente registrado.**



- 8.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 8.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 8.6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 8.8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.9. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 8.10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
- 8.11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
  - a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original em até 10% acima do valor da melhor proposta (1ª colocada).
- 8.12. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 8.13. O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 8.14. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 8.15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
- 8.16. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
- 8.17. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8.18. A licitante adjudicatária, convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços terá o prazo de **05 DIAS ÚTEIS** após a convocação para assinar a Ata

## 9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



- 9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 9.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da proposta da contratada, em xx/xx/2026.
- 9.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
- 9.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 10.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 10.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 10.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 10.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa. 9.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de



registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 10.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 10.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 10.7. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 10.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 10.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 10.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 10.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 11.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 11.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 10.462, de 2023; ou



- 11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 11.1.5. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 11.1.6. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 11.1.7. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **12. DAS PENALIDADES**

- 12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer ocorrência/descumprimento das obrigações assumidas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **13. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 13.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser



- firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
  - 13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
  - 13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
  - 13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
  - 13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
  - 13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
  - 13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
  - 13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
  - 13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
  - 13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
  - 13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
  - 13.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.



#### 14. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão gestor, abaixo indicados:

14.1.1. O fiscal do contrato será o servidor MARGARA PATRÍCIA BINI ZENI DA SILVA.

#### 15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

15.2. Adjudicatária da Ata de Registro de Preços obriga-se a manter durante a vigência da ata todas as condições de habilitação apresentadas na sessão pública.

15.3. Obriga-se ainda a fornecer os itens/serviços solicitados dentro do prazo determinado na ata de registro de preços.

15.4. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#)

19.2 Assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 1 (uma) via de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

19.3 Esse documento poderá ser assinado digitalmente e encaminhado por meio eletrônico, no e-mail [licitacaopontaldoparana23@outlook.com](mailto:licitacaopontaldoparana23@outlook.com)

Pontal do Paraná, xx de xxx de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO  
Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxx  
Contratado

Gestor(a) da Ata: MICHELE STRAUB

Fiscal da Ata: MARGARA PATRÍCIA BINI ZENI DA SILVA



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 17/2026

**Anexo da Ata de Registro de Preços nº xxxxx/2026**

**Cadastro Reserva**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento é parte integrante da Ata de Registro de Preços e tem por finalidade a formação de CADASTRO RESERVA para eventual fornecimento, no caso de exclusão do primeiro colocado.

Parágrafo Primeiro – Do fornecedor primeiro colocado.

Parágrafo Segundo – da ordem classificatória.

ITEM	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ
	1º		
	2º		
	3º		

Parágrafo Terceiro – No caso de desistência do fornecedor primeiro colocado, serão convocados:

- a) Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original em até 10% acima do valor da melhor proposta (1ª colocada).